



COOPERAÇÃO SUL-SUL SOBRE REDD

UMA INICIATIVA MOÇAMBIQUE - BRASIL PARA O DESMATAMENTO ZERO
COM RELEVÂNCIA PAN-AFRICANA

Coordenação:

Ministério da Agricultura

Fundação Amazonas Sustentável

Ministério para a Coordenação de Acção Ambiental

Apoio Técnico:

International Institute for Environment and Development (IIED)

Fundação Amazonas Sustentável (FAS)

Centro Terra Viva (CTV)

Indufor

Universidade Eduardo Mondlane (UEM)

Apoio Financeiro:

Embaixada Real da Noruega (Maputo)

Outubro 2009

ÍNDICE

ÍNDICE	2
1. INTRODUÇÃO	3
2. CONTEXTO	4
2.1. AS FLORESTAS E AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS EM MOÇAMBIQUE	4
2.2. PARCERIAS E OPORTUNIDADES ACTUAIS	4
2.2.1. A Experiência de Moçambique	4
2.2.2. A Experiência da FAS	5
2.2.3. A Experiência do IIED	5
2.2.4. A Experiência do CTV	6
2.2.5. A Experiência do INDUFOR	6
2.2.6. A Experiência da UEM	6
2.2.7. Memorandum de Entendimento entre o Governo de Moçambique e a FAS, do Amazonas, Brasil	6
3. OBJECTIVOS DO PROJECTO	7
3.1. Objectivo Geral.....	7
3.2 Objectivos específicos.....	7
3.3 Resultados esperados.....	7
4. PLANO DE ATIVIDADES	7
5. ARRANJO INSTITUCIONAL.....	10
5.1. Grupo de Coordenação	10
5.2 Grupo Nacional do REDD	10
5.3 Assistência Técnica.....	11
5.4 Fluxos de Fundos.....	12
6. ORÇAMENTO.....	12
ANEXO I - SITUAÇÃO FLORESTAL EM MOÇAMBIQUE.....	14

1. INTRODUÇÃO

As florestas tropicais cobrem cerca de 15% da superfície global do mundo e contêm cerca de 25% de carbono da biosfera terrestre. Contudo, as florestas estão sendo rapidamente desmatadas e degradadas resultando em emissões directas de dióxido de carbono para a atmosfera. Cerca de 13 milhões de hectares de florestas são transformadas anualmente noutras formas de uso de terra, contribuindo com um quinto das emissões e tornando a mudança no uso de terra o segundo maior contribuinte para o aquecimento global.

Os recursos florestais servem de fonte de subsistência para cerca de 90% dos 1.2 bilhões de pessoas vivendo em extrema pobreza e constitui o suporte para cerca de 90% da biodiversidade terrestre do mundo. Comunidades locais têm nas florestas as suas fontes de combustível, alimentos, medicamentos e abrigo.

As causas de desmatamento são várias e complexas e variam de país para país. A pressão local sobre as florestas é exercida pelas comunidades locais no uso deste recurso como fonte de combustível, alimentação e área para prática agrícola. Contudo, actualmente as maiores causas de desflorestamento estão associadas a práticas agrícolas de grande escala para a produção de culturas de rendimento (café, soja, cana-de-açúcar, etc.), produção de gado para abastecimento de carne e o mercado da madeira.

Considerando o potencial que a redução de emissões resultantes do desflorestamento e degradação florestal têm na mitigação das mudanças climáticas o Plano de Acção de Bali inclui o REDD nas acções a serem implementadas pelos países em desenvolvimento como parte do futuro regime internacional das mudanças climáticas na fase pós-2012.

O presente projecto de Cooperação Sul-Sul em REDD: Uma iniciativa Moçambique - Brasil para o desmatamento zero, com relevância pan-africana visa o desenvolvimento de um Programa Nacional de REDD, incluindo a respectiva Estratégia Nacional de REDD em Moçambique, em paralelo com a testagem de duas iniciativas piloto. Neste momento estão em consideração, como possíveis projectos-piloto o Projecto de Reflorestamento na Província de Maputo e a segunda a implementação de um Projecto de Gestão Comunitária de Recursos na Reserva de Derre, Província da Zambézia.

O projecto de cooperação irá comporta uma ligação estreita com o projecto de Promoção de Parcerias Florestais "*Growing Forest Partnerships*", também em implementação em Moçambique , tendo como objectivo incentivar parcerias em iniciativas locais relacionadas com o sector florestal. Ambas iniciativas visam também delinear e testar práticas inovadoras para o desenvolvimento de uma política pública em Moçambique contra o desmatamento e promotora de pagamentos por serviços ambientais.

O Projecto de Cooperação Sul-Sul, está subdividido em tres componentes principais:

- (i) Divulgação de experiências no âmbito do REDD entre Moçambique Brasil ;
- (ii) Delineamento do processo conducente à elaboração do Programa e Estratégia Nacional de REDD, incluindo as consultas nacionais, a capacitação institucional e a identificação de parcerias;
- (iii) Identificação de projectos-piloto para a implementação de mecanismos de pagamentos por serviços ambientais e políticas públicas relacionadas a REDD, produção dos respectivos estudos de viabilidade, e desenvolvimento das actividades.

2. CONTEXTO

2.1. As florestas e as mudanças climáticas em Moçambique

Cerca de 70% das terras de Moçambique (54,8 milhões de hectares) são cobertas por florestas e outros tipos de vegetação florestal. Aproximadamente 80% da população total de Moçambique (20 milhões) vive em zonas rurais, onde a taxa de pobreza estima-se em cerca de 54%. A dependência dos recursos florestais é alta. 85% do consumo de energia rural deriva da lenha e do carvão - o que representa um consumo de cerca de 20 milhões de metros cúbicos de madeira por ano. A taxa anual de desmatamento é de 219.000 hectares por ano (Anexo I). A população rural de Moçambique é vulnerável às ameaças aos recursos naturais causadas por eventos climáticos extremos, como inundações e secas. O seu extenso litoral torna o país um dos mais vulneráveis às alterações do nível do mar, que também podem ser resultado das mudanças climáticas.

Em resposta a este cenário, o governo de Moçambique apresenta uma agenda ambiental activa, a nível regional e internacional. O país ratificou diversos acordos ambientais, tais como a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas e o respectivo Protocolo de Quioto, a Convenções sobre Biodiversidade e a Convenção para o Combate à Seca e Desertificação. A gestão ambiental em Moçambique é tratada como questão transversal, sob a coordenação do Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental (MICOA), num cenário onde outros Ministérios relevantes, sociedade civil e sector privado desempenham um papel importante.

O governo de Moçambique, através do MICOA e do Ministério da Agricultura (MINAG), incentiva abertamente iniciativas que busquem desenvolver mecanismos eficientes de pagamentos por serviços ambientais como alternativas ao desmatamento e à degradação e que explorem novas oportunidades no emergente mercado de carbono. Tal posicionamento é demonstrado pelos novos programas-piloto em curso no país, relacionados com o pagamento por stocks de carbono, como por exemplo, a aplicação do sistema “*Plan Vivo*” no Parque Nacional Gorongosa, na Província Sofala, e a pesquisa por pagamentos pelo estoque de carbono pelo “Flora and Fauna International” na Reserva de Niassa, localizada na província do mesmo nome.

Recentemente, o país tornou-se elegível para a assistência do *Forest Carbon Partnership Facility* do Banco Mundial, fundo que visa auxiliar 37 países em desenvolvimento, pré-seleccionados, na redução de emissões provenientes de desmatamento e degradação (REDD). O objectivo do FCPF é promover a capacitação para se estimar as reduções de emissões, através do REDD nesses países. O Governo de Moçambique está também estabelecendo parcerias com outras instituições nacionais e internacionais para preparar o país para a implementação de iniciativas de REDD. Como parte desse processo, o Governo de Moçambique expressou a sua intenção em adoptar um Programa Nacional de REDD, com a respectiva .

2.2. Parcerias e oportunidades actuais

2.2.1. A Experiência de Moçambique

O actual Governo de Moçambique aprovou um quadro político e institucional que fornece uma base excelente para projetos de REDD, conforme descrito no Anexo 1 deste documento. Além deste quadro, Moçambique já experiências de projectos-piloto de reflorestamento direccionados ao mercado de carbono. Dentre estas destacam-se duas iniciativas, nomeadamente a de pagamentos por serviços ambientais na Reserva de Niassa, com o apoio da Flora e Fauna International, e o projecto Nhambita baseado no Parque Nacional de Gorongosa.

Recentemente, o país tornou-se elegível para receber os fundos do Banco Mundial, dentro do contexto do *Forest Carbon Partnership Facility* - um fundo que tem o objetivo de ajudar 37 países em vias de desenvolvimento a reduzir emissões decorrentes do desmatamento e da degradação.

2.2.2. A Experiência da FAS

No Brasil, a Fundação Amazonas Sustentável (FAS) possui experiência no planeamento e implementação de mecanismos de pagamentos por serviços ambientais, através do Programa Bolsa Floresta (PBF). O PBF visa beneficiar financeiramente as famílias e comunidades residentes nas Unidades de Conservação do Estado do Amazonas que se comprometem a realizar acções para reduzir a zero o desmatamento. O PBF começou como um programa estatal do Governo do Amazonas e agora é administrado pela FAS. Actualmente, os pagamentos já beneficiam mais de 6.000 famílias em 14 Unidades de Conservação, cobrindo mais de 10 milhões de hectares.

O PBF possui uma série de características exclusivas, as quais garantem a sua abordagem rigorosa na busca do 'desmatamento zero'. A estrutura do programa está dividida em quatro componentes, criando um equilíbrio nos incentivos que fazem que a busca pelo 'desmatamento zero' seja atractiva economicamente para as famílias e comunidades. As componentes estão descritas a seguir:

- (i) *Bolsa Floresta Familiar*: pagamento directo através de uma recompensa mensal às famílias participantes (US\$25,00 por mês) na qual a distribuição do dinheiro é realizada através da utilização de um cartão de débito para saque, num sistema administrado por um banco popular do Brasil (Bradesco). Para receber o benefício, as famílias assinam um acordo com o Governo do Estado comprometendo-se a não desmatar florestas primárias nas reservas em que moram. A FAS e o Governo são os responsáveis pelo monitoramento do desmatamento dentro das reservas;
- (ii) *Bolsa Floresta Associação* – pagamento directo às associações das comunidades visando fortalecer a governação local e a participação de *interessados* (equivalente a 10% da soma do montante destinado às famílias – aproximadamente US\$500,00 por mês);
- (iii) *Bolsa Floresta Renda* – investimento na produção sustentável das comunidades, sem queimadas, baseada no manejo de recursos naturais (US\$175,00 por ano, multiplicado pelo número de famílias. Em média, US\$70.000 por área protegida por ano);
- (iv) *Bolsa Floresta Social* – destinado às comunidades para investimento na melhoria da saúde, educação, comunicação e transporte (US\$175,00 por ano multiplicado pelo número de famílias. Em média, US\$70.000 por área protegida por ano).

A FAS é também responsável pela coordenação e implementação do Projecto de REDD da RDS do Juma, o primeiro projecto de REDD do Brasil, certificado de acordo com os critérios do CCBA (*Climate, Community and Biodiversity*) pela TUV-SUD e também o primeiro do mundo a obter o nível *ouro* de qualidade.

2.2.3. A Experiência do IIED

O *International Institute for Environment and Development* (IIED), da Inglaterra, tem ajudado a analisar e promover, internacionalmente, as lições aprendidas sobre estes novos mecanismos. O IIED é líder mundial no desenvolvimento de pesquisas sobre pagamentos por serviços ambientais e na promoção da aplicação das lições aprendidas sobre o mecanismo de REDD no mundo. O IIED tem também ajudado a desenvolver princípios para consultas participativas entre diferentes interessados que sustentam o desenvolvimento de estratégias credíveis de REDD. Além disso, o IIED possui parcerias consideráveis em Moçambique, que poderiam valorizar ainda mais a cooperação entre o Brasil e Moçambique. Particularmente, IIED tem uma parceria de longa data com o Centro Terra Viva, instituição não governamental facilitadora da iniciativa GFP, em parceria com MINAG, IUCN, FAS e Banco Mundial. A iniciativa do GFP é a plataforma do IIED para o seu engajamento no projecto de cooperação Sul-Sul sobre REDD.

O IIED e a FAS firmaram uma forte parceria para pesquisas inovadoras sobre REDD através do programa de pesquisa desenvolvido pelo Prof. Virgílio Viana desde Março de 2009. Como um instituto de pesquisa política, o IIED pode contribuir através do apoio à documentação e divulgação das experiências de cooperação entre a FAS e Moçambique.

2.2.4. A Experiência do CTV

O Centro Terra Viva, uma organização não governamental moçambicana de advocacia ambiental, é parceiro de longa data do IIED, e liderou o processo de desenvolvimento de programas como: Growing Forest Partnerships (GFP), iniciativa catalisou parcerias com o MINAG, IUCN, FAO e Banco Mundial; Forest Governance Learning Group (FGLG), na qual participou em parceria com ONGs locais, especialmente no âmbito do Movimento Amigos da Floresta; e o projecto Forest Connect, ainda em curso, visando promover um quadro político e institucional favorável ao apoio técnico e à capacitação dos pequenos e médios produtores florestais de Moçambique para uma intervenção sustentável e rentável neste sector.

2.2.5. A Experiência do INDUFOR

O Indufor possui experiência considerável em iniciativas relacionadas ao REDD, tendo estado envolvida mais recentemente no desenvolvimento de sistemas de monitoramento (através da amostragem estratificada de dados de satélite) relativas a linhas de base de carbono, testadas em 2009 pelo Lao PDR.

A contratação do Indufor pelo Governo de Moçambique em Dezembro de 2008, financiada pela Embaixada da Noruega em Maputo, teve como objectivo desenvolver o R-PIN, documento para aprovação do Banco Mundial, que estabelece a parceria com o FCPF. Com a aprovação do R-PIN existe a possibilidade de financiamento de uma estratégia nacional de REDD que vise não somente evitar o desmatamento, mas também contribuir para a redução da pobreza, a conservação da biodiversidade e a consciencialização pública sobre o papel e os benefícios da floresta para a mitigação das mudanças climáticas.

2.2.6. A Experiência da UEM

A Universidade Eduardo Mondlane é o principal centro académico de Moçambique em estudos sobre mudanças de climáticas e é líder em pesquisas que contextualizam o desenvolvimento de toda a estratégia nacional de REDD em Moçambique.

O Programa e Estratégia Nacional de REDD deverão ser alinhados com outros Programas e Políticas já aprovadas no país, com realce para o Programa Nacional de Florestas, liderado pelo Ministério da Agricultura.

2.2.7. Memorandum de Entendimento entre o Governo de Moçambique e a FAS, do Amazonas, Brasil

O sucesso das iniciativas do Bolsa Floresta e do Projecto do Juma no Brasil atraíram o interesse de outros países para o desenvolvimento de iniciativas similares. A FAS respondeu a este interesse em Março de 2009 organizando, em parceria com o *International Forum of Readiness for REDD*, o *Woods Hole Research Center*, o *Meridian Institute* e o Idesam, um workshop destinado à cooperação Sul-Sul para o REDD entre o Brasil e a África. Durante o evento, que contou com a participação de 15 países africanos, a FAS, representada por Virgílio Viana, e o MICOA, representado pela Ministra Alcinda António de Abreu, assinaram o *Memorandum de Entendimento (MoU)* com a intenção de replicar o exemplo do PBF e do Projecto de REDD do Juma dentro do contexto de Moçambique. No *MoU* destacou-se a necessidade de considerar os factores sociais, ambientais e políticos específicos de Moçambique e firmou-se o comprometimento de trocar experiências e obter progressos na implementação, em Moçambique, de um mecanismo similar ao que está em operação no Amazonas.

Com base no acordado no MOU, a FAS iniciou uma pesquisa com o IIED em Março, na qual a parceria entre a FAS e o MICOA foi discutida, assim como o potencial papel do IIED. Essa colaboração resultará num livro intitulado "*Lessons Learned from Sustainable Development in Practice*" e fornecerá as bases para futuras pesquisas sobre REDD, incluindo as deste projecto.

Como parte da implementação das actividades acordadas no MOU entre a FAS e o MICOA, representantes do MICOA e do MINAG visitaram o Amazonas em Maio de 2009, tendo o Director da FAS visitado Moçambique em Junho do mesmo ano. Durante a visita técnica de Maio, iniciou-se a elaboração do Projecto de Cooperação Sul – Sul e de estudos para projetos pilotos que fazem parte do Programa Nacional do REDD.

3. OBJECTIVOS DO PROJECTO

3.1. Objectivo geral

O Projecto tem como objectivo geral a criação de condições para que Moçambique possa embarcar na implementação de iniciativas de REDD.

3.2 Objectivos específicos

- Mapeamento do caminho para o desenho de uma Estratégia Nacional de REDD em Moçambique, através de um processo inclusivo e participativo,
- Elaboração do R-Plan;
- Capacitação técnico-institucional e legal no âmbito do REDD;
- Elaboração de estudos de viabilidade de identificação de potenciais áreas para o desenvolvimento de Projectos demonstrativos sobre desmatamento zero, reflorestamento e incentivos às comunidades que embarquem na gestão sustentável da floresta e recursos naturais no geral.

3.3 Resultados esperados

1. Preparação de condições para a elaboração de uma Estratégia Nacional de REDD;
2. Sistema de monitoria e cenário de referência para o REDD estabelecidos;
3. Identificadas e priorizadas as potenciais áreas no país para projectos piloto do REDD;
4. Relatório da análise do enquadramento do REDD no ordenamento jurídico nacional;
5. Subsídios para a submissão do R-Plan ao Banco Mundial;
6. Documentada a experiência de Cooperação Sul-Sul no âmbito do REDD.

4. PLANO DE ATIVIDADES

O plano de actividades deste projecto está subdividido em duas componentes, estando a primeira direccionada à realização das actividades preparatórias da participação de Moçambique no COP 15, em Dezembro de 2009, e a segunda direccionada a todas actividades até Marco 2010, adopção e implementação da Estratégia Nacional de REDD e implementação de projectos-piloto.

Todas as actividades serão lideradas pelo MICOA/MINAG, estando as responsabilidades institucionais gerais dos diferentes parceiros descritas a seguir. Os planos detalhados de actividades dos diferentes parceiros do projecto, tanto para 2009, como para os anos 2010 e ate

Marco 2011, serão apresentados ao IIED para revisão e financiamento, imediatamente após a aprovação do presente projecto segundo as tabelas em baixo.

TABELA DE PLANO DE ACTIVIDADE POR INSTITUIÇÃO	
Actividade	Prazo
1. MICOA MINAG	
1.1 Realização de encontros periódicos do Grupo Nacional de REDD para discussão e partilha de informações afins	Iniciado em Agosto de 2009
1.2 Desenvolver parcerias institucionais adequadas a nível nacional e em pelo menos duas províncias de Moçambique, a fim de estabelecer dois projectos –pilotos	Iniciado em Agosto de 2009
1.3 Identificar comunidades potenciais onde já existam iniciativas de gestão dos recursos naturais, a fim de desenvolver mecanismos piloto pagamento	Novembro 2009
1.4 Apresentar e promover resultados em eventos nacionais, regionais e internacionais, com o escopo das mudanças climáticas e florestais. Primeiramente, incluir uma apresentação internacional na 15ª COP em Copenhaga	Dezembro 2009
1.5 Elaborar a proposta de Estratégia Nacional do REDD que inclua as diretrizes para sua implementação, considerando as principais atividades associadas a estratégia	2010
1.6 Apresentação e discutir os resultados do estudo em três (3) seminários regionais	2010
1.7 Organizar o seminário nacional II para apresentação e discussão dos resultados e definição de passos subsequentes visando a preparação da Estratégia Nacional de REDD que dará todos os subsídios necessários para o R-Plan.	Ate Marco 2011
2. CTV	
2.1 Documentação e promoção de ligações entre as iniciativas de REDD e GPF em Moçambique, por forma a maximizar os benefícios e o impacto dos dois programas	Outubro de 2009
2.2 Desenho e implementação de um plano de consultas abrangentes a reas governamentais o não governamentais sobre a estratégia nacional de REDD através de mecanismos que assegurem que o processo de elaboração da estratégia seja participativo	Nov de 2009
2.3 Análisar o enquadramento do político do REDD no ordenamento jurídico nacional para acomodar as questões do REDD e de pagamento por serviços ambientais com particular atenção para a sua harmonização com a política nacional de consevação, e toda outra legislação em vigor no país	Dez de 2009
2.4 Explorar projetos-piloto em colaboração com as comunidades e Instituições financeiras	2010
2.5 Identificar e priorizar as potenciais áreas no país para projectos do REDD com MINAG	2010 ate Marco 2011

3. UEM	
3.1 Mapeamento do papel das diferentes instituições para participarem do processo de construção da estratégia nacional de REDD (governamental, acadêmicas, privadas e sociedade civil), incluindo apresentar, discutir e harmonizar os resultados do estudo através do Conselho Técnico Conjunto MICOA e MINAG (30 de Nov. 2009)	Novembro 2009
3.2 Documentar e divulgar experiências de Moçambique na gestão comunitária e sustentável de florestas e da cooperação Sul-Sul	Dez de 2009
3.3 Analisar o impacto social e ambiental das iniciativas REDD em Moçambique, incluindo visitas aos locais onde estão sendo implementadas ou se pretende implementar iniciativas de REDD, incluindo apresentar, discutir e harmonizar os resultados do estudo através do Conselho Técnico Conjunto MICOA e MINAG (30 de Nov. 2009). Adicionalmente, apresentar e discutir os resultados do estudo em seminários regionais (2010/2011)	Janeiro 2010
3.4 Desenvolver estudos de viabilidade para identificar locais potenciais de projetos piloto para iniciativas de REDD, reflorestamento e de base comunitária em manejo florestal sustentável e manejo sustentável dos recursos naturais	Iniciado em 2010
3.5 Compilar dados técnicos, inclui localização e factores do desmatamento (MINAG), taxas de desmatamento (MINAG), estoque e inventário de carbono existente em Moçambique (UEM)	Janeiro 2010
3.6 Analisar como melhorar o sistema actual de monitoria de mudança da cobertura vegetal que permita a medição/verificação e Desenvolvimento de um sistema de monitoria	Janeiro 2010
3.7 Estudo e definição da linha de base nacional para o REDD e estabelecimento do cenário de referência para o REDD	Iniciado em 2010
3.8 Analisar, produzir relatórios, documentar e difundir os resultados das iniciativas para as partes interessadas em Moçambique e internacional em formatos Inglês e Português	Iniciado em 2010

4. IIED	
4.1 Administração dos fundos do projecto S-S REDD	Iniciado em Agosto de 2009
4.2 Compilar e disseminar à sociedade informações sobre REDD afim de capacitação técnica para a sociedade envolvida no processo	Iniciado em Agosto de 2009
4.3 Documentar cuidadosamente com FAS as lições do Brasil, particularmente do Amazonas; as parcerias institucionais que tornam a situação favorável; os contextos político e de infra-estrutura no qual o desenvolvimento se deu; a racionalidade da estrutura de pagamento; e os impactos aos que dependem da floresta para sua subsistência e ao ambiente;	Outubro- Novembro 2009
4.4 Preparar um video com mensagens chaves do REDD para outros tomadores de decisão da África	Iniciado em 2010
4.5 Publicar um relatório do processo em português e inglês	Marco de 2011

5. Indufor	
5.1 Recolha e compilação dos vários subsídios (ex. Recomendações da COP15) para a submissão do R-Plan ao Banco Mundial	2010

6. FAS	
6.1 Junto com o IIED (4.3), documentar cuidadosamente as parcerias institucionais em Brazil que tornam a situação favorável; Os contextos político e de infra-estrutura no qual o desenvolvimento se deu; A racionalidade da estrutura de pagamento; e Os impactos dos que dependem da floresta para sua subsistência e ao ambiente-experiências da FAS	Iniciado em outubro de 2009
6.2 Organização de uma viagem de para 4 participantes do Governo de Moçambique (MICOA/MINAG) e 6 parceiros, considerando também representantes do Grupo Nacional de REDD para um workshop no Amazonas, Brasil	Outubro - Novembro 2009
6.3 Documentar as experiências de Cooperação Sul-Sul no âmbito do REDD	Novembro 2009
6.4 Facilitar a participação de uma delegação de Moçambique em um evento em Copenhaga organizado por	Dezembro 2009
6.5 Junto com o MICOA (1.4) apresentar e promover resultados em eventos nacionais, regionais e internacionais, com o escopo das mudanças climáticas e florestais. Primeiramente, incluir uma apresentação internacional na 15ª COP em Copenhaga	Dezembro 2009

5. ARRANJO INSTITUCIONAL

5.1. Grupo de Coordenação

A coordenação geral do Projecto é feita conjuntamente pelo MICOA, MINAG e FAS com funções de Comité Directivo, responsável pela aprovação do plano de actividades (acima - 4) e respectivo orçamento bem como contribuir aos relatórios de progresso elaborados pelo IIED a serem submetidos à Noruega.

Contudo, a coordenação dos assuntos do dia-a-dia maior responsabilidade caberá as instituições nacionais com assistência técnica da UEM, sem prejuízo da terceira instituição.

A assistência técnica da UEM às instituições de coordenação inclui entre outras assessoria na definição dos Termos de Referência para os trabalhos de consultoria previstos no projecto bem como na análise técnica dos resultados dos mesmos.

5.2 Grupo Nacional do REDD

Composto por instituições do Governo (MICOA, MINAG, MAE, ME, MITUR e MPD) sector privado (FEMA, AMOMA, Empresas de Reflorestamento, Envirotrade), representantes da sociedade civil (UNAC, OCB's, CTV) e outras organizações que julgarem-se relevantes no processo da elaboração da Estratégia.

Este Grupo tem a responsabilidade de conduzir o processo de elaboração da Estratégia Nacional do REDD, retificar o plano de actividades, e monitorar a sua implementação.

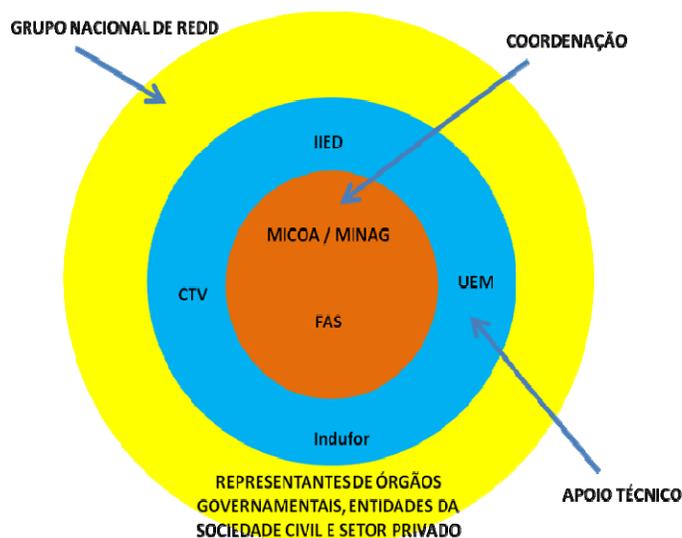
Para o funcionamento do Grupo Nacional do REDD espera-se que este se reúna uma vez por mês ordinariamente. Contudo, o Grupo poder-se-á reunir extraordinariamente sempre que se julgar necessário sob a convocação do Coordenador(a) do REDD a ser indicado por Sua Excelência a Ministra para a Coordenação da Acção Ambiental e na impossibilidade deste pelo Vice-Coordenador(a) a ser indicado por Sua Excelência o Ministro de Agricultura.

O Secretariado das reuniões do Grupo será assegurado pela Direcção Nacional de Estudos e planificação.

5.3 Assistência Técnica

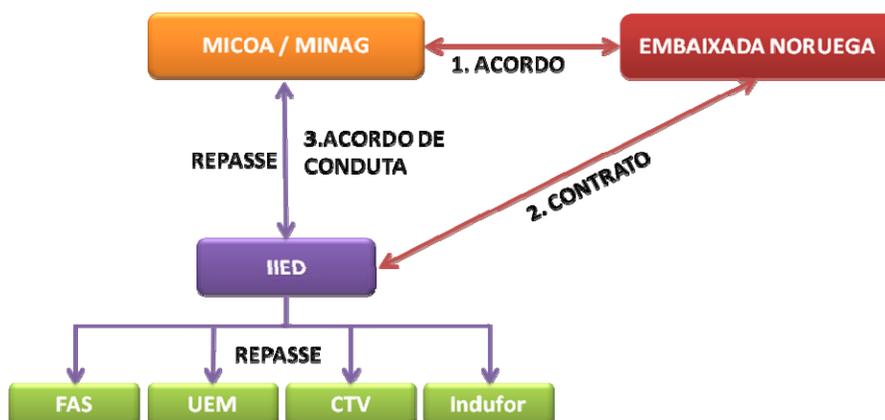
Para a implementação do projecto e sempre que se julgar pertinente recorrer-se-á aos serviços das seguintes instituições: UEM, CTV, Indufor e IIED considerando a experiências destes nas matérias em apreço.

A Figura abaixo ilustra de uma forma objetiva o que está descrito acima:



5.4 Fluxos de Fundos

Com a aprovação formal vinda do Governo de Moçambique e da Embaixada da Noruega, foi acordado que o IIED irá facilitar o repasse ao MICOA/MINAG, afim de agilizar o processo e também irá repassar os fundos e aos parceiros não governamentais assegurando a qualidade do trabalho. Entretanto, será necessário que o MICOA/MINAG assinem um Acordo de Conduta dando o aval à Embaixada da Noruega para tal suporte. Assim, conforme discutido, o Fluxo de fundo deste projecto é ilustrado no quadro abaixo:



6. ORÇAMENTO

Para o ano e meio do projeto (entre Outubro de 2009 e Marco de 2011, orçou-se um custo de 3.747.665 NOK. Os custos de viagem para 2009 incluem uma delegação de 2 pessoas de Moçambique (MICOA/MINAG) e a delegação de 3 pessoas do Brasil a Copenhaga para organizar e apresentar em um evento paralelo organizado pela FAS. Igualmente, inclui a viagem de para 4 participantes do Governo de Moçambique (MICOA/MINAG) e 6 parceiros, considerando também

representares do Grupo Nacional de REDD para um workshop no Amazonas, Brasil em Outubro/Novembro 2009. Alguns fundos adicionais do curso estão relevantes.

BUDGET ITEMS	Oct 2009 – Mar 2011	TOTAL
	£	Kronor
Lead partner staff	37410	366431
Grants to support partners	120000	1175400
Grants to MICOA / MINAG	65750	644021.3
Travel for all partners	75450	739032.8
Working group's meeting costs	50500	494647.5
Office and publication costs	33500	328132.5
TOTAL (GBP £)	382610	3747665
TOTAL (KRONOR)	3747665	

Cabe aqui considerar que confine uma decisão do Secretário Permanente do MICOA esse fundos poderão ser administrados pelo o IIED que irá prontamente facilita-los ao MICOA e ao MINAG, conforme planeamento e necessidades.

ANEXO I - SITUAÇÃO FLORESTAL EM MOÇAMBIQUE

Moçambique apresenta uma área próxima a 800.000 Km² e cerca de 70% do país (54.8 milhões de hectares) é presentemente coberto com florestas e outras formações lenhosas. A área florestal cobre cerca de 40.1 milhões de hectares (51% do país), enquanto que outras formações lenhosas (arbustos, matagais e florestas com agricultura itinerante) cobrem cerca de 14.7 milhões de hectares, o equivalente a 19% da área total do país.

As florestas produtivas (aptas para a produção madeireira) cobrem cerca de 26.9 milhões de hectares (67% de toda a área florestal). Treze milhões de hectares de floresta não são favoráveis para a produção madeireira, dos quais a maioria (9 milhões de hectares) localiza-se dentro dos Parques Nacionais, Reservas Florestais e outras áreas de conservação. As florestas que se beneficiam de alguma forma de protecção legal ou estado de conservação cobrem de cerca de 22% da área florestal do país. Enfim, 4 milhões de hectares de florestas (11%) foram classificadas como florestas de protecção e conservação.

Em relação ao desmatamento Moçambique apresenta uma taxa anual de 219.000 hectares, sendo as Províncias de Maputo e Zambézia as que apresentam os valores mais altos, com 33.000 hectares e 31.000 hectares por ano respectivamente. São apontados como principal causa do desmatamento, o corte de lenha e carvão para produção de energia para a confecção de alimentos.

Ciente da realidade do desmatamento, o governo de Moçambique, também tem estado a desenvolver esforços com vista a reverter o actual quadro, concretamente na revisão da legislação e na adopção de mecanismos com vista a redução do desmatamento e desflorestamento. As Leis previamente descritas se enquadram nas prioridades do Governo, plasmadas no Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA II), o qual se baseia na:

- **Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável de Moçambique** – que define uma visão comum sobre o tratamento das matérias ambientais no país.
- **Programa Nacional de Florestas** – Contribuir na concretização da visão da política e estratégia do sector de florestas e fauna bravia, resumida em tornar o sector integrado, competitivo e sustentável, que gera benefícios económicos, sociais e ambientais, que equilibra interesses das comunidades locais, sector privado e público.
- **Plano de Acção Nacional para Adaptação às Mudanças Climáticas (NAPA)** – documento que identifica as necessidades urgentes e imediatas para a criação de capacidade nacional de lidar com a variabilidade e mudanças climáticas.
- **Plano Nacional para a Prevenção e Controlo das Queimadas Descontroladas** – Contribuir para a protecção e conservação, através da redução em 10% os focos de queimadas registados em 2006 (90 000)
- **Plano de Acção Nacional de Prevenção e Controlo da Erosão de Solos** - Visa reduzir em 20% as áreas erodidas até 2012, aumentando deste modo à disponibilidade de recurso terra para actividades sócio-económicas ambientalmente sustentável.
- **Estratégia e Plano de Acção Nacional para a Conservação da Diversidade Biológica em Moçambique** - traça directrizes e define acções prioritárias a serem implementadas pelos diversos sectores para que Moçambique seja um país próspero, cujo desenvolvimento esteja

assente no respeito e harmonia com o meio ambiente e que o seu povo beneficie da conservação e uso sustentável dos seus recursos naturais.

- **Estratégia Nacional de Reflorestamento (em elaboração)** – através da qual se pretende ter um desenvolvimento de plantações florestais sustentáveis para obtenção de benefícios económicos, sociais e ambientais, balanceando os interesses das comunidades, sectores público e privado.